

A PROMOÇÃO DA SAÚDE EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: O OLHAR DO MÉDICO DO TRABALHO

**HEALTH PROMOTION IN A PUBLIC UNIVERSITY:
THE PERSPECTIVE OF AN OCCUPATIONAL PHYSICIAN**

Carla Cristina Dutra Búrigo, Doutora

<https://orcid.org/0000-0002-1782-4191>

carla.burigo@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina | Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil

Cor Mariae Lima, Mestra

<https://orcid.org/0009-0005-3034-7501>

cor.mariae@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina | Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
Florianópolis | Santa Catarina | Brasil

Recebido em 05/novembro/2024

Aprovado em 13/março/2025

Publicado em 30/junho/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como os médicos do trabalho de uma universidade pública federal do sul do País, concebem a promoção da saúde em suas práticas laborativas. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa cuja coleta de informações, compreendeu pesquisa bibliográfica e documental, seguida da realização de entrevistas semiestruturadas. A análise das informações foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam que os Médicos do Trabalho, concebem que a promoção da saúde se materializa em diagnóstico. Todavia, os desafios encontrados se consubstanciam no processo da gestão, na burocratização das condições de trabalho por eles vivenciados, bem como da necessidade de um processo formativo das diretrizes das Política Pública e Institucional de Promoção da Saúde. Os médicos do trabalho, com o excesso de burocratização ficam impossibilitados de produzirem indicadores básicos para colaborar na discussão sobre promoção da saúde, baseado na ciência, por meio da realização de exames periódicos. Condição fundante, para promover a saúde. Todavia, esta prática cai em um vazio laborativo, se não for potencializado efetivas ações que venham a promover saúde de modo multiprofissional, ou seja, para além da lente do médico do trabalho. Ao mesmo tempo que o médico do trabalho tem ciência de como promover saúde, ele nega essa prática por estar distante das diretrizes psicossociais e material do que é promover saúde. Olhar para a promoção da saúde dos servidores é vital para a universidade manter-se coerente com a proposição do seu papel social, criando valor público e impulsionando a defender, e se posicionar como instituição social.

Palavras-Chave: Promoção da Saúde. Medicina do Trabalho. Gestão Universitária.

ABSTRACT

This research aims to understand how occupational physicians at a federal public university in southern Brazil perceive health promotion in their work practices. It is a qualitative study that involves data collection through bibliographic and documentary research, followed by semi-structured interviews. Analysis of the information was conducted using content analysis techniques. The research results indicate that occupational physicians perceive health promotion primarily as a diagnostic process. However, they face challenges related to management processes, the bureaucratization of work conditions they experience, and the need for structured training on the guidelines of Public and Institutional Health Promotion Policies. Due to excessive bureaucracy, occupational physicians are hindered from generating essential indicators that could contribute to evidence-based discussions on health promotion through periodic medical examinations. A foundational element for promoting health. However, this practice falls into a work-related void if effective, multidisciplinary health promotion actions are not implemented, extending beyond the occupational physician's perspective. While occupational physicians are aware of how to promote health, they often disengage from this practice due to a disconnect from the psychosocial and material guidelines that define health promotion. Addressing the health promotion of employees is essential for the university to align with its social role, creating public value and positioning itself as a socially responsible institution.

Keywords: Health Promotion. Occupational Medicine. University Management.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) é o instrumento legal que orienta as ações de promoção e vigilância da saúde para os órgãos públicos da Administração Pública Federal do Executivo. Para subsidiar essa Política está o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor -SIASS (Brasil,2009a).

A universidade do sul do País, campo de investigação neste estudo, é a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Seu quadro de pessoal efetivo de servidores, é constituído por 2.928 técnicos administrativos em educação (TAE) e 2.538 docentes, sob o Regime Jurídico Único (RJU) (Brasil, 1990; UFSC, 2023a). Para a atenção a estes 5.466 servidores públicos federais, há treze médicos do trabalho, todos lotados no *Campus* de Florianópolis (UFSC,2023b)

Segundo Buss *et al* (2020) a promoção da saúde tem seu marco histórico em 1986, quando ocorreu a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde na Cidade de Ottawa, Canadá. A promoção da saúde está fundamentada no ato de capacitar os sujeitos e a comunidade, para atuar na melhoria do nível de qualidade de vida e de saúde (Ottawa,1986).

A concepção de promoção da saúde visa enfrentar a crescente medicalização da vida social e é um movimento articulador de diversos recursos técnicos e posições ideológicas em torno do processo saúde-doença-cuidado (Buss *et al*,2020; Snyder, 2022).

Desde a publicação da Carta de Ottawa (Ottawa,1986), um dos documentos fundadores da concepção contemporânea de promoção da saúde, está associado a vários valores: qualidade de vida, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação, parceria, entre outros. Refere-se também a estratégias do Estado com políticas públicas saudáveis para a comunidade, com estímulo à participação dos sujeitos com o desenvolvimento das habilidades pessoais, do sistema de saúde reorientando suas estratégias e de participações intersetoriais. Promoção da Saúde é uma conquista atribuída a ideia de responsabilidade múltipla pelos problemas e soluções sociais (Buss *et al*, 2020).

Isto posto, o objetivo desta pesquisa foi compreender como os médicos do trabalho de uma universidade pública do sul do País, concebem a promoção da saúde em suas práticas laborativas.

Para o desenvolvimento deste artigo, partimos da constituição da prática do médico do trabalho no cuidado com o servidor, na relação de mediação da promoção da saúde e sua relação com a medicina do trabalho. Após apresentamos um olhar sobre a Política Institucional de Saúde do Servidor, e descrevemos algumas das diretrizes da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal. Em seguida,

delinhamos o Caminho Metodológico, as análises e discussão dos resultados encontrados. Ao final, em um caminho inverso, retornamos ao ponto inicial, buscando novos olhares que esta caminhada nos propiciou.

2 MÉDICO DO TRABALHO

Conforme descrito no Plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação (Brasil, 2005a), a descrição do cargo de médico é comum para todas as áreas da medicina, que requer Curso Superior em Medicina com habilitação profissional na área. De acordo com o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, compete ao médico “aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças do corpo humano; efetuar exames médicos, [...] fazer diagnóstico e Aplicar as leis e regulamentos de saúde pública, para salvaguardar e promover a saúde da coletividade” (Brasil, 2005b, p.30).

A especialidade medicina do trabalho surgiu com a Revolução Industrial e necessitou mudar sua forma de atuação como resposta às transformações sociais do processo de trabalho (Mendes; Dias, 1991). Pensar no trabalhador, é pensar no sujeito que trabalha no contexto social e econômico, como sujeito do seu trabalho e não mero objeto da sua produção (Búrigo, 2009; Andrade; Búrigo; Pedrozo 2022).

Doenças crônicas, aumento do uso de drogas, violências e agravos à saúde mental são questões que ainda tem requerido investimentos crescentes em assistência curativa e individual, apesar da identificação que medidas preventivas, promoção da saúde e melhoria das condições de vida, serem o caminho ético e cientificamente recomendado (Buss *et al*, 2020).

Com o desenvolvimento da sociedade, e potencialmente os problemas relacionando as mais variadas naturezas de agravos à saúde, onerando as organizações e incapacitando os trabalhadores, a atuação do cuidado necessitou ampliar a atuação requerendo mais especialidades e profissões, surgindo neste contexto a Saúde Ocupacional com uma característica multiprofissional (Mendes; Dias, 1991).

Neste contexto da Saúde Ocupacional, o acolher, o cuidar, o encorajar, tem possibilidades de fomentar a potencialidade da promoção da saúde onde a tônica é encorajar o sujeito na sua singularidade, dando escolhas para que possa viver uma vida com dignidade no seu ambiente laboral e para além disso, na sua vida em comunidade.

3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE SAÚDE

A Política Institucional de Saúde, se fundamenta pelas ações atribuídas a área de Gestão de Pessoas da Instituição, estruturada pela área de Desenvolvimento, Administração de Pessoal e Atenção a Saúde (UFSC, 2022a).

A Política Institucional de Saúde do Servidor, como uma prática de gestão, potencializa servidores a participarem das mais variadas comissões, por meio das quais realizam trabalhos e ações direcionados aos objetivos de sua constituição. Os Médicos do Trabalho, estão vinculados à área de atenção a saúde do servidor.

O engajamento dos servidores da área de Atenção à Saúde da Instituição, em outras atividades interinstitucionais, fortalece o prisma da Promoção da Saúde como instituição social (Chauí, 2003), indo além do pragmatismo institucional, buscando novos olhares e novos caminhos.

Para além de suas atribuições, na tônica da Promoção da Saúde, os Médicos do Trabalho, para além de suas atribuições, participam de Equipes Multiprofissionais como a de Acompanhamento aos Servidores da UFSC com deficiência (EMAPCD), de Suporte à Perícia Oficial em Saúde e o AcolheUFSC – Comissão integrada por docentes da psicologia, enfermagem e técnicos administrativos em educação, envolvidos com saúde mental constituída em março de 2020, para dar suporte às demandas subjetivas da comunidade universitária frente à Pandemia da COVID-19 (Brasil, 2020).

Além de realizar a sua finalidade de formação o AcolheUFSC produziu, mobilizou e conquistou para a Instituição a aprovação da Política Intersetorial Permanente de Saúde Mental, Atenção Psicossocial e Promoção de Saúde da UFSC. Assim, estabeleceu-se um lugar na hierarquia administrativa para promoção da saúde, atenção psicossocial, produção acadêmica e projetos de extensão (UFSC,2022b).

Isto posto, por meio da sua Política Institucional de Saúde, a UFSC possui o compromisso de pensar sobre o melhor nível de qualidade de vida no ambiente laboral por meio das ações de promoção da saúde também para os órgãos partícipes, vinculados ao SIASS/UFSC, com base na Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal.

4 POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Mediante as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, está o SIASS (Brasil, 2009a), com 174 unidades distribuídas em todo o Território Nacional, sendo que 74 delas possuem acordo de cooperação com outros órgãos.

De acordo com os fins do Decreto nº 6.833/2009, o SIASS atua sobre três eixos (Brasil, 2009a, art. 3º):

I - assistência à saúde: ações que visem a prevenção, a detecção precoce e o tratamento de doenças e, ainda, a reabilitação da saúde do servidor, compreendendo as diversas áreas de atuação relacionadas à atenção à saúde do servidor público civil federal;

II - perícia oficial: ação médica ou odontológica com o objetivo de avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais; e,

III - promoção, prevenção e acompanhamento da saúde: ações com o objetivo de intervir no processo de adoecimento do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho.

No contexto institucional, SIASS/UFSC, referente a atividade pericial, é um serviço operacional, já consolidado, que frequentemente apresenta avanços no sistema pericial como por exemplo Junta Médica por vídeo conferência e o sistema informatizado para registro de atestados pelo SOUGOV.BR¹.

Quanto aos outros dois eixos do SIASS: assistência à saúde, e promoção, prevenção e acompanhamento da saúde (Brasil, 2009a), são eixos diretamente relacionados às atividades do médico do trabalho que está na assistência à saúde do servidor.

Zanin *et al* (2015) ao analisar a PASS (Brasil, 2009a) apontam que a Política dissocia claramente as questões de saúde do processo de trabalho, ao priorizar as perícias, focaliza no dano, no adoecimento e não na promoção da saúde. “Para promover saúde no trabalho, é necessário prevenção e acompanhamento da saúde” (Torres; Silva, 2022, p.06).

Segundo Silva (2020) os três eixos de ações previstos no arcabouço formal da PASS (Brasil, 2009a) se tornaram desiguais na sua efetivação. Os procedimentos de vigilância epidemiológica dos agravos à saúde e dos ambientes e condições de trabalho dos servidores do Serviço Público Federal, se tornaram prejudicados pelo sistema informacional ainda

¹ <https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/sou-gov>

deficiente e pelos acordos de cooperação técnica, regulamentados pela Portaria nº 1.397/ 2012 (Brasil, 2012).

Torres e Silva (2022) sugerem três ações para recuperar a missão da PASS (Brasil, 2009a): o retorno da participação mais implicada do Governo, assumindo a liderança da política enquanto empregador na Administração Pública Federal; ouvir os servidores envolvidos, sobretudo os técnicos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST); e, revisar a falta de recursos materiais e viabilização de concursos públicos.

A PASS (Brasil, 2009a), como uma Política Pública, necessita da atenção da Sociedade, de modo que suas ações potencializem a promoção da saúde como um movimento contrário à medicalização da vida, que vise amparar os sujeitos para seu cuidado tanto a nível individual quanto coletivo, na direção da melhoria do nível da qualidade de vida.

5 METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa é qualitativa, segundo Gil (2021), aquela que destaca a realidade e se estabelece uma estreita relação entre o pesquisador, o seu fenômeno de estudo e os limites do contexto em que essa relação se desenvolve. Quanto à natureza da pesquisa, segundo Vergara (2013), é classificada como aplicada porque se propõe, baseada em referencial teórico, produzir conhecimento que poderá ser aplicado para resolver problemas específicos.

Quanto aos fins, “a descrição consiste em enumerar detalhadamente os aspectos que apresentam um fenômeno” (Trivinôs, 2001, p. 95). Descritiva, pois irá expor a contextualização de um fenômeno concreto.

A pesquisa, se classifica também como documental, sendo analisados documentos internos da Instituição investigada, e também bibliográfica, em consultas como livros, jornais e meios eletrônicos.

Como meio de investigação, optamos pelo estudo de caso. Segundo Trivinôs (1987, p.133) o estudo de caso é: “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”.

Quanto à coleta de informações, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas que conforme Trivinôs (2001, p. 85), é “um conjunto básico de perguntas que aponta fundamentalmente para a medula que preocupa o investigador”.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas junto aos sujeitos selecionados para este estudo, que correspondem aos sete médicos do trabalho da UFSC, responsáveis pela saúde dos servidores e das ações acordadas com os órgãos partícipes do SIASS/UFSC.

Para a análise das informações, utilizamos a análise de conteúdo. A abordagem nas entrevistas foi construída por categoria de análise e conteúdo base, previamente delimitados. De acordo com Burigo (2003), a definição da categoria deve ter o foco no conteúdo nela contido porque o que diferencia as categorias entre si é o conteúdo.

Esse conteúdo base segundo Cheptulin (1982), que define a categoria é uma base incompleta e não é imutável na realidade. Essa base essencial é inacabada, pois se refere à incompletude do conhecimento, uma vez que não pode ser considerado como algo definitivo e concluído.

Diante do exposto, a fim de organizar o tratamento das informações obtidas, delimitamos previamente algumas categorias de análise e seus respectivos conteúdos base, como relacionados no Quadro 01 – Categorias e Conteúdo Base.

Quadro 01 Categorias e Conteúdo Base

Categorias de Análise	Conteúdo Base
Médicos do Trabalho	a) Concepção de promoção da saúde b) Desafios
Política Institucional de Promoção da Saúde	a) Concepção b) Desafios e possibilidades
Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal	a) Concepção b) Processo de interação com a Política Institucional de Promoção da Saúde

Iniciamos a análise das informações coletadas, confrontando com as categorias de análise e seus respectivos conteúdos base, bem como, procurando correlacionar as falas dos sujeitos de pesquisa, com o referencial teórico que fundamentou esta investigação.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os sujeitos dessa pesquisa foram os sete médicos do trabalho lotados na área de Atenção à Saúde da UFSC. Todos são do quadro efetivo da Instituição com jornada de 20 (vinte) horas semanais, e possuem de 03 (três) a 10 (dez) anos de trabalho de tempo de serviço na Instituição. Categorias de Análise:

MÉDICO DO TRABALHO - A categoria de análise Médico do Trabalho, está fundamentada em dois conteúdos base: (1) **Concepção de Promoção da Saúde**; e, (2) **Desafios encontrados na atividade laborativa**.

Na fala dos entrevistados a concepção de promoção da saúde consubstanciam dois pontos em comum: dados epidemiológicos e exames periódicos. As duas expressões demonstram que na percepção dos Médicos do Trabalho, um valioso instrumento de trabalho para conhecer, orientar e promover saúde são os exames periódicos onde é possibilitado o encontro entre médico e servidor sem a contingência da doença instalada.

Buss *et al* (2020), e Snyder (2022), fundamentam na concepção de promoção da saúde, a importância de enfrentar a crescente medicalização da vida social, como um movimento articulador de diversos recursos técnicos e posições ideológicas em torno do processo saúde-doença-cuidado.

Destacamos a seguinte fala, de um dos sujeitos entrevistados:

Eu entendo como promoção da saúde todas as atividades que um serviço deve executar para trazer bem-estar, segurança, sentido e significado do trabalho para o trabalhador. Isso inclui atividades de prevenção de adoecimento. Isso inclui ações de saúde, como ações coletivas, ações individuais, exames ocupacionais, avaliações laborais, reuniões de equipe, onde você pode traçar estratégias para atuar no local de trabalho, nas atividades de trabalho (M04).

Quanto aos desafios para o exercício da medicina do trabalho e promoção da saúde, os sujeitos entrevistados também pontuaram determinante comum em suas falas: burocracia, traduzida pela dificuldade que se arrasta a mais de uma década para a realização dos exames periódicos, ação fundamental para produção de dados epidemiológicos referente à saúde dos servidores delimitada pelo Decreto n. 6.856/2009 (Brasil, 2009b).

As dificuldades que eu vejo, ela está mais relacionada à burocracia. Por exemplo, nós estamos há alguns anos esperando para fazer os exames periódicos dos servidores. E a burocracia, a partir de Brasília, atrelou esses exames periódicos a alguns exames subsidiários específicos que nós somos obrigados a solicitar. (M05).

Para além da burocracia do cumprimento do Decreto n° 6.856/2009 (Brasil, 2009b) que vincula o exame periódico dos servidores públicos federais a vários exames laboratoriais, na prática laborativa dos médicos do trabalho, reiteradamente ocorre as convocações por parte da Procuradoria Federal, vinculada a Instituição (Brasil, 2005a) ou outra instância superior, determinando que se descontinue o trabalho que está sendo executado para responder a demandas jurídicas e urgentes.

Quando tem uma demanda de uma perícia, qualquer coisa é interrompida para atender a perícia [...] a procuradoria nos solicita que acompanhe, que faça o acompanhamento dessa perícia. Se a gente estaria fazendo exame periódico, eu tenho que parar, fechar a minha agenda para atender esse tipo de coisa. (M01).

Diante da categoria Médico do Trabalho, a concepção dos entrevistados de Promoção da Saúde, se materializa em diagnóstico, em prevenção para Promover a Saúde. Todavia, os desafios encontrados se consubstanciam no processo da gestão e na burocratização, diante das condições de trabalho por eles vivenciados. Atos burocráticos existem na vida funcional laborativa do Médico do Trabalho, porém ações precisam ser repensadas e planejadas, de modo a potencializar para a promoção da saúde. Um desafio, necessita ser vencido, quiçá pelas diretrizes da Política Institucional de Promoção da Saúde.

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE SAÚDE - Esta categoria, está sustentada pelos seguintes conteúdos base: (1) Concepção de Política Institucional de Promoção da Saúde; e, (2) Desafios e possibilidades.

No que tange as ações da Política Institucional de Promoção da Saúde, não foi expresso um conhecimento explícito. No que tange a Política Intersetorial Permanente de Saúde Mental, Atenção Psicossocial e Promoção de Saúde (UFSC, 2022b), os Médicos não a mencionaram em suas falas, manifestando desconhecimento. O desconhecimento das Políticas, enfraquece o coletivo técnico, materializando práticas, à mercê de ações delimitadas pelos gestores, muitas vezes sem a devida fundamentação técnica.

Então talvez isso é uma coisa que falte para a gente, você reservar um dia, ou meio-dia, dois dias, para dizer, mostrar e treinar as pessoas. Olha, aqui, esta é a nossa política, isso foi instituído assim, porque no dia a dia, a gente que está na ponta, a gente só sabe chegar lá, atender e pronto (M05).

Quanto à percepção de ações desenvolvidas para promover saúde destacamos a seguinte fala:

A UFSC hoje tem uma política assim, ah, o mês tal é o mês amarelo, então esse mês é o mês da psiquiatria, o outro mês é o mês rosa, então esse mês é o mês da saúde da mulher. [...] Mas não tem nada estruturado (M01).

Freire (1999), contextualiza que é capaz de comprometer-se aqueles profissionais que são capazes de agir e refletir, de perceberem-se no mundo e ver suas ações inseparáveis da sua condição de estar no mundo.

Neste contexto, é de fundamental importância que este trabalhador conheça o seu estar, que vai além do desenvolver as suas atribuições como médico do trabalho. Se faz pertinente, estar imerso no seu ambiente social, conhecer e desvelar o que constitui este ambiente, como as ações inerentes a Política Institucional de Promoção da Saúde.

A Política Institucional se fundamenta no PASS (Brasil, 2009a), que delinea as diretrizes para as ações da Promoção da Saúde. Segundo Zanin *et al* (2015), o PASS (2009a), dissocia as questões de saúde do processo de trabalho, ao priorizar as perícias, focalizando no dano, no adoecimento e não na promoção da saúde.

Como uma das diretrizes da Política Institucional há a constituição de Equipes Multiprofissionais, uma de suporte à Junta Médica e outra de apoio ao Servidor com Deficiência (UFSC, 2019; 2020) onde os médicos do trabalho participam, possibilitando um outro olhar sobre o trabalhador diante do propósito multiprofissional que constitui as Equipes.

Existe a equipe multiprofissional que eventualmente, em várias situações, alcança o servidor. E proporciona, por meio do acolhimento do servidor, a possibilidade de um olhar diferenciado para a saúde. Existe a equipe multiprofissional de apoio ao servidor com deficiência que também leva para o ambiente de trabalho e proporciona ao servidor uma inserção mais saudável. Tanto do ponto de vista de ergonomia, quanto do ponto de vista social (M07).

Outra possibilidade no contexto da Política Institucional, foi a constituição, na área da atenção à saúde, da unidade Saúde Ocupacional (UFSC, 2023c), como um avanço na concepção dos médicos do trabalho, na perspectiva de integração, favorecendo para um ambiente de trocas e fortalecimento de proposições, em busca de fundamentar ações para a promoção da saúde.

No último ano, a gente está formatando a Divisão de Saúde Ocupacional. Onde estão lotados os médicos do trabalho. Com isso, estão sendo feitos fluxogramas de atuação do médico do trabalho. [...] Para poder orientar o servidor e sensibilizar quanto à necessidade de dar atenção para a própria saúde. De procurar um profissional (M07).

A concepção da Política Institucional de Promoção da Saúde para os sujeitos da pesquisa, é algo incipiente. Há por meio da fala dos sujeitos entrevistados, um desconhecimento do conteúdo das políticas instituídas, falta a apreciação e discussão coletiva do que é legislado para a Instituição.

O desafio que se impõe para além de conhecer a Política Institucional é possibilitar condições materiais ao Médico do Trabalho para que efetive exames periódicos com vistas a promoção da saúde. Neste contexto, impera também o pequeno número de médicos do

trabalho, sete médicos, mediante o número de servidores da UFSC, e ainda a demanda do atendimento aos servidores dos órgãos participes SIASS/ UFSC (UFSC, 2023d). Todavia, o fato de estarem juntos em um espaço laborativo, que potencializa a Saúde Ocupacional, é visto como extremamente positivo, para o fortalecimento da Equipe.

Para além dos desafios vivenciados, de gerenciar ações de modo a fomentar a efetiva promoção da saúde, uma das reais possibilidades é o trabalho multiprofissional, por meio das Comissões instituídas, como caminhos a serem percorridos com vistas a traçarem estratégias e ações conjuntas para a promoção da saúde.

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL – Esta categoria se fundamentou nos seguintes conteúdos: (1) Concepção de Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal; (2) Processo de interação com a Política Institucional de Promoção da Saúde.

Os Sujeitos da Pesquisa, manifestaram desconhecimento das diretrizes do PASS (Brasil, 2009a), que fundamentam a prática laborativa. Consultam o Manual do SIASS, com dúvidas objetivas diante dos desafios diários, o que demonstra a necessidade de uma efetiva formação, para as diretrizes da Política Pública, que sustentam, a priori, as diretrizes da Política Institucional de Promoção da Saúde.

Por outro lado, os Médicos entrevistados destacam a relevância da Instituição, em propiciar formação no que tange as diretrizes da Política Pública e Institucional da promoção da saúde, que vai além das atribuições do Médico do Trabalho, requerido para ingresso na UFSC.

[...] a sugestão é reforçar isso, essa necessidade de pensar que as pessoas passam no concurso, são bem treinadas para aquilo que a sua formação específica ou especializada tem, então o médico trabalha, ele sabe atender, ele sabe fazer um monte de coisa, mas a instituição precisa ter uma preocupação no momento para ir de forma institucionalizada, passar essa política para que as pessoas, os profissionais também absorvam. (M05)

O acordo de cooperação SIASS/UFSC (UFSC, 2023d), atribui aos Médicos do Trabalho, pensar e planejar ações para além dos servidores da UFSC. Ficou evidente que se faz necessário rediscutir estratégias para o cuidado dos servidores dos órgãos partícipes, haja visto que apenas a Equipe Multiprofissional de suporte à Junta Médica (UFSC,2019), possui uma discreta interseção de cuidado com os servidores de outros órgãos que não seja da Instituição.

Nós atendemos os vários órgãos, as várias organizações públicas, não somos responsáveis só pela UFSC. O problema, para mim, básico dessa política é que, primeiro, a gente não conhece os outros órgãos. [...] Um médico do trabalho, para atuar numa organização, ele tem que conhecer as funções, as atribuições, tem que estar lá dentro da instituição, atuando. (M01).

O PASS (Brasil, 2009a), desde a sua publicação prioriza a perícia médica, a interseção prática entre a atuação dos Médicos do Trabalho e a Política Nacional, por meio de laudos de nexo causal, entre o labor e o adoecimento. Torres e Silva (2022), enfatizam que a perícia médica não é em si o objetivo principal do SIASS, e deve-se prestigiar a atuação das equipes multiprofissionais para abordagem dos problemas, com foco na assistência, prevenção e promoção à saúde do servidor.

Então, o que eu conheço [...], seja por meio das equipes da MULTI, que é uma atividade prevista no SIASS, seja quando nós estamos fazendo uma avaliação de nexo, que isso vai, então, bem para a equipe do SIASS, que é a junta médica (M04).

Em consonância com os estudos realizados por Torres e Silva (2022), a fala dos sujeitos da pesquisa, sugerem recuperar a missão da PASS (Brasil, 2009a): o retorno da participação do Governo, assumindo a liderança da política enquanto empregador na Administração Pública Federal; ouvir os servidores envolvidos, sobretudo os técnicos de SST; e, revisar a falta de recursos materiais e de pessoas por meio da realização de concurso público.

Abordar o tema promoção da saúde requer estar de mãos dadas com a prática do esperançar (Freire, 1999), acreditando e potencializando para que possa fazer eco na prática da gestão universitária, na ciência e no processo formativo, para além das atribuições específicas do médico do trabalho. Se faz necessário formar para a consciência social do promover saúde, na prática laborativa do ser e do estar na universidade, como uma instituição social (Chauí, 2003).

A formação nas diretrizes da Política Pública e Institucional para os Médicos do Trabalho, com vistas à promoção da saúde, é um passo a ser fundamentado de modo a visualizar caminhos que possam fomentar, uma prática no contexto da gestão universitária com possibilidades concretas de cuidar da saúde, e não apenas do adoecimento dos trabalhadores.

7 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa apontam que os Médicos do Trabalho, concebem que a promoção da saúde se materializa em diagnóstico por meio da realização dos exames periódicos, em prevenção para Promover a Saúde. Todavia, os desafios encontrados se consubstanciam no processo da gestão, na burocratização que impossibilita a relação de mediação entre médico-servidor, bem como da necessidade de um processo formativo das diretrizes da Política Pública e Institucional de Promoção da Saúde.

No desenvolvimento deste estudo uma contradição se revelou: ao mesmo tempo que o médico do trabalho tem ciência de como promover saúde, ele nega a amplitude da prática da promoção da saúde, por estar distante das diretrizes psicossociais e material do que é promover saúde.

Contudo, acreditamos que para superar esta contradição, com vistas a incentivar a colaboração do Médico do Trabalho na promoção da saúde dos servidores, comunidade universitária e órgãos partícipes, sugerimos que se reconheça e se fundamente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que a promoção da saúde deve ser anterior à reabilitação, e que a gestão universitária incentive a participação do Médico do Trabalho em equipe multiprofissional.

Que a área de atenção à saúde da Instituição, seja potencializadora de ações de promoção da saúde e atividade de assistência técnica, e que os médicos do trabalho tenham uma previsão e fluxo definido para o cuidado com o servidor.

Potencializar por meio da Política Intersetorial Permanente de Saúde Mental, Atenção Psicossocial e Promoção de Saúde (UFSC,2022b), a participação do Médico do Trabalho na construção de um trabalho em rede com ações para melhorar o nível da qualidade de vida da comunidade universitária.

Repensar junto a Política Institucional de Promoção da Saúde: a relação com os órgãos partícipes considerando suas realidades e as reais condições de trabalho dos Médicos do Trabalho; junto a Administração Central, por meio dos Fóruns de discussão em nível nacional, discutir sobre as diretrizes do SIASS, objetivando ações concretas para a promoção da saúde do servidor; e, propor ações de capacitação de modo a possibilitar ações formativas destinadas aos Médicos do Trabalho diante das diretrizes da Política Pública e Institucional referente a promoção da saúde.

Neste contexto de potencializar ações de gestão para a promoção da saúde, uma premissa

básica, se faz necessário. Que a gestão da Instituição, também tenha um olhar e uma formação, para este fim. Que os gestores responsáveis pela Política Institucional de Promoção da Saúde, possam conceber a saúde em seu contexto mais amplo, negando a simples prática da medicalização.

Um olhar para a promoção da saúde dos servidores é vital para a universidade manter-se coerente com a proposição do seu papel social, criando valor público, e impulsionando a defender e se posicionar como instituição social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alexandra Gabriela Zen de; BURIGO, Carla Cristina Dutra; GONÇALVES, Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo. **A concepção de universidade pública e a interface com o processo de formação dos gestores universitários.** Revista Práticas em Gestão Pública Universitária. 2022. p. 58-75. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/44766/28749>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e dá outras providências. 2005a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SSA/SE/MEC**. Descrição dos Cargos técnico-administrativos em educação. 2005b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.833**, de 29 de abril de 2009.2009a. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 abr. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.856**, de 25 de maio de 2009.2009b. Regulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6856.htm. Acesso em 10 ago.2024.

BRASIL. **Portaria nº 1.397** de 10 de agosto de 2012. Estabelece orientações sobre a realização de acordo de cooperação para a criação das unidades do SIASS, previsto no Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:ministerio.planejamento.orcamento.gestao;secretaria.gestao.publica:portaria:2012-08-10;1397>. Acesso em: 20 dez.2023.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio de mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/dlg6_2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020. Acesso em 21 dez 2023.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. 347 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84510/199425.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. A formação de professores de educação básica nos sistemas educacionais da Argentina, do Brasil e do Uruguai. 2009.122f. Relatório de Pós-Doutorado. – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92892/279957.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 abr.2023.

BUSS, Paulo Marchiori; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; PINTO, Luiz Felipe; ROCHA, Cristianne Maria Famer. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5BJghnvvZyB7GmyF7MLjqDr/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 29 mar. 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.24,p.5-15, set./dez. 2003. Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf. Acesso em :20 dez.2023.

CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como fazer pesquisa qualitativa. Barueri: Atlas, 2021.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Revista de Saúde Pública. São Paulo, 25: 341-9, 1991. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf>. Acesso em: 29 mar.2023.

OTTAWA, Carta de. **Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde** 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

SILVA, Rafaela Gonçalves Dias da. **A Política de Saúde do Trabalhador em debate: elementos históricos e contraditórios no contexto da Administração Pública Federal**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48304/48304.PDF>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SNYDER, Timothy. **Nossa Moléstia: lições sobre liberdade extraídas de um diário hospitalar**. Florianópolis: Editora UFSC. 2022.

TORRES, Gustavo Caetano; SILVA, Carlos Sérgio da. O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) na perspectiva de servidores públicos de Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 2022. Disponível em: scielo.br/j/rbs0/a/JLS9f594rfqK5TWCZfGtq4h/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 dez. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo –**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa**. 2. Ed., Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, v. 4. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

UFSC. **Portaria nº 156/2019/GR**. 2019. Dispõe sobre a Instituição da Equipe Multiprofissional de suporte à perícia oficial em saúde na UFSC e dá outras providências.2019. Disponível em:
<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf/86f8060c3d460e4283257cc9005e1cf2?OpenForm&ParentUNID=5ECE99D871CDAF3383258399004A1C5A>. Acesso em: 03 abr.2023.

UFSC. **EMAPCD** – Equipe Multiprofissional de Acompanhamento aos Servidores da UFSC com Deficiências. 2020. Disponível em: <https://emapcd.paginas.ufsc.br/sobre/>. Acesso em: 03 de abr.2023.

UFSC. **Regimento PRODEGESP**. 2022a. Disponível em:
<https://prodegesp.paginas.ufsc.br/files/2022/04/ANEXO-PN-437.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

UFSC. **Resolução Normativa nº163/2022/CUn** de 31 de março de 2022.2022b. Dispõe sobre a Política Intersetorial Permanente de Saúde Mental, Atenção Psicossocial e Promoção de Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).2022. Disponível em:
https://conselhouniversitario.paginas.ufsc.br/files/2024/04/vers%C3%A3o-consolidada-RN_1632022CUn_CIPAPP.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

UFSC. **UFSC EM NÚMEROS** - 2013 a 2023. 2023a Secretaria de Planejamento. Departamento de Gestão da Informação da UFSC (DPGI/ SEPLAN). Florianópolis.

Disponível em: <https://dplseplan.paginas.ufsc.br/files/2023/05/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS-2013-A-2023-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 03 jul.2024.

UFSC. **Ofício nº 61/2023/DAS/PRODEGESP.** 2023b. Florianópolis: PRODEGESP. Setembro, 2023. Impresso.

UFSC. **DSO** – Divisão de Saúde Ocupacional. 2023c. Disponível em: <http://das.prodegesp.ufsc.br/dso-divisao-de-saude-ocupacional/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

UFSC. **Extrato de Acordo de Cooperação Técnica.** DOU. Imprensa Nacional. 2023d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-acordo-de-cooperacao-tecnica-485435927>. Acesso em: 29 mar. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ZANIN, Fernanda da Conceição, KUNZLE, Luis Allan, PERNA, Paulo de Oliveira, Muntsch Sandra Mara Alessi. **Política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público no Brasil.** 2015. Universidade e Sociedade. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/7642a1db844d305c70e26b4ee0b1a732_1548264588.pdf. Acesso em: 27 dez.2023.